



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GARÇA  
Estado de São Paulo

Ofício n.º 344/2024

Garça, 10 de outubro de 2024.

Ao  
Excelentíssimo Presidente  
**RODRIGO GUTIERRES**  
Câmara Municipal de Garça  
NESTA

**Ref.: Encaminha Projeto de Lei Complementar.**

Excelentíssimo Presidente,

Apresentamos à elevada deliberação de Vossas Excelências o incluso Projeto de Lei Complementar, que tem por objeto dar nova redação ao § 5º do artigo 6º da Lei nº 2.785, de 5 de novembro de 1992, bem como ao artigo 5º da Lei nº 5.323, de 18 de outubro de 2019.

A medida visa atender solicitação do Conselho de Administração do IAPEN, a fim de alterar a duração do mandato do Diretor Superintendente da Autarquia, passando dos atuais 2 (dois) anos, com recondução por mais 2 (dois) anos, para o total de 4 (quatro) anos ininterruptos de mandato.

Ademais, previu-se que o mandato do Diretor, sempre precedido de eleição no Conselho de Administração para compor a listra tríplice, terá início no dia 1º de janeiro do segundo ano de mandato do Prefeito, prorrogando-se, a fim de atender tal preceito, até 31 de dezembro de 2025, o atual mandato do Diretor Superintendente.

Ao estabelecer que o mandato do dirigente não coincidirá com o mandato do Chefe do Poder Executivo, busca-se evitar a interrupção na continuidade da política previdenciária, tal como já ocorre no âmbito federal com as autarquias especiais, a exemplo do Banco Central e agências reguladoras (ANVISA, ANAC, ANATEL e etc).

Por fim, a proposta busca aumentar para até 3% (três por cento) o limite das despesas do Fundo de Administração, destinado ao custeio das despesas necessárias à organização e ao funcionamento do IAPEN.

Importante destacar que referida medida não acarretará nenhum aumento de alíquota previdenciária, seja do servidor ou do Município, limitando-se em aumentar o limite das despesas para manutenção da Autarquia.

Ante o exposto, solicitamos especial atenção para aprovação da matéria pelos nobres pares, bem como a sua apreciação em **regime de urgência**, nos termos do art. 54 da Lei Orgânica do Município de Garça.

Atenciosamente,

JOÃO CARLOS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GARÇA  
Estado de São Paulo

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**

**ALTERA A LEI Nº 2.785, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1992, E A LEI Nº 5.323, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019, NO TOCANTE À ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DO IAPEN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito do Município de Garça, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei complementar:

**Art. 1º** O § 5º do artigo 6º da Lei nº 2.785, de 5 de novembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 6º [...]*

*... ”*

*§ 5º O mandato do Diretor Superintendente terá duração de 4 (quatro) anos, com início no dia 1º de janeiro do segundo ano de mandato do Prefeito, permitida a reeleição para lista triíplice.*

*... ”*

**Art. 2º** O artigo 5º da Lei nº 5.323, de 18 de outubro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 5º O Fundo de Administração será destinado exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessário à organização e ao funcionamento do IAPEN, inclusive para conservação de seu patrimônio, sendo constituído por até 3% (três por cento) do valor total da remuneração, dos servidores municipais ativos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário), respeitando-se os preceitos da regulamentação expedida pelo Ministério do Trabalho e Previdência.”*

**Art. 3º** Fica excepcionalmente prorrogado, até 31 de dezembro de 2025, o atual mandato do Diretor Superintendente do IAPEN.

**Art. 4º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garça, 10 de outubro de 2024.

JOÃO CARLOS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal